

# **Análise comparativa entre a democratização eletrônica brasileira e canadense: o Dialoga Brasil e o Suggest a Dataset**

*Comparative analysis between brazilian and canadian electronic democratization: the Dialoga Brazil and Suggest a Dataset*

**Thaís Vargas Bizelli<sup>1</sup>**  
**José Luís Bizelli<sup>2</sup>**  
**José Anderson Santos Cruz<sup>3</sup>**

**Resumo:** O presente artigo tem a intenção de trazer à discussão uma comparação entre dois instrumentos de governança eletrônica, consubstanciados em duas plataformas digitais: Dialoga Brasil e Suggest a Dataset – site canadense onde os cidadãos podem demandar informação específica. Para tanto, realiza uma conceituação inicial dos termos utilizados ao longo da pesquisa, assim como apresenta uma análise detalhada de ambos os portais. A trajetória do uso da internet nos dois países também é demonstrada, tanto pela ótica do acesso quanto da utilização das TICs pelos respectivos governos; pretendemos, por fim, demonstrar como a política nacional (os caminhos escolhidos pelos governantes, assim como a solidez das instituições e dos regimes democráticos) influencia no processo de consolidação da e-democracia.

**Palavras-chave:** Governança eletrônica. e-democracia. Dialoga Brasil. Suggest a Dataset.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Doutoranda em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr/UNESP) – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8127-5257>. E-mail: [thaiscontev@hotmail.com](mailto:thaiscontev@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Livre docente, Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr/UNESP) – Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. Pesquisador Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 – CNPq. Coordenador Nacional FEPAE. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6634-1444>. E-mail: [jose.bizelli@unesp.br](mailto:jose.bizelli@unesp.br)

<sup>3</sup> Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Doutor em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr/UNESP) – Brasil. Orientador Colaborador ESALQ/PECEGE. Editor Adjunto de Periódicos e Assessor Técnico em Gestão de Periódicos Científicos. Bolsista CAPES. Editor responsável pela Editora Ibero-Americana de Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5223-8078>. E-mail: [anderson.cruz@unesp.br](mailto:anderson.cruz@unesp.br)

**Abstract:** This article aims to promote a discussion on a comparison between two electronic governance instruments, consubstantiated in two digital platforms: Dialoga Brasil and Suggest a Dataset - Canadian site, where citizens can demand specific information. To do so, it performs an initial conceptualization of the terms used throughout the research, as well as it presents a detailed analysis of both Internet portals. A history of the Internet use in both countries is also demonstrated considering both the access and the use of ICT by the respective governments. We intend to demonstrate how national politics (the paths chosen by the governing authorities, as well as the solidity of institutions and democratic regimes) influences the process of consolidating e-democracy.

**Keywords:** Eletronic governance. e-democracy. Dialoga Brasil. Suggest a Dataset.

---

## Introdução

O presente trabalho tem como norte indagações acerca de como as ferramentas de participação social, disponibilizadas online pelos governos brasileiro e canadense à população têm estimulado a comunicação do Estado com seus cidadãos. Para tanto, analisará o acesso à internet nos dois países, assim como a usabilidade dos portais governamentais em ambas as nações. O portal brasileiro escolhido como exemplo é o *dialoga.gov.br*, atualmente fora do ar. Serão demonstradas as propostas presentes na plataforma na data da análise, assim como os intentos do governo ao colocá-lo na rede. Do lado canadense, será estudado o portal Suggest a Dataset, iniciativa governamental de disponibilizar informações de acordo com a demanda popular. Ambos os sites possuem uma interface que convida à participação: é possível comentar e validar (curtir) propostas dos demais usuários.

Desse modo, na primeira parte do trabalho serão apresentadas conceituações dos termos que se referem à análise, como governança eletrônica e democracia virtual, entre outros. Essa abordagem inicial é fundamental para o que vem em seguida: uma análise detalhada do site Dialoga Brasil, realizada no final de 2015, e da plataforma canadense Suggest a Dataset, em meados de 2017. A pertinência da pesquisa baseia-se no fato de acreditarmos que o Estado pode ampliar sua capacidade responsiva à medida em que a população consegue se fazer ouvir pelo mesmo; e, atualmente, com os novos canais de comunicação proporcionados pelo advento da internet, e por sua massificação, ser possível captar as demandas sociais de maneiras inovadoras. Os portais estudados configuram-se, portanto, em meios de visibilizarmos os tópicos de interesse social em determinado momento. Não deixaremos, no entanto, de chamar a atenção para limitações que a chamada e-democracia possui.

## Governança, governo eletrônico e e-democracia

Governança é um termo que se constitui em relação à capacidade financeira e administrativa governamental na implementação de decisões discricionárias. Segundo Pereira (1997), que se baseia em Frischtak (1994), a definição do conceito é a que segue: “Governance capacity, understood as the ability to coordinate the aggregation of diverging interests and thus promote policy that can be taken to represent the public interest”.

Nesse trabalho, acrescentaremos a essa definição a importante concepção da perspectiva de ganho efetiva que o cidadão possui com relação às políticas públicas implementadas pelo governo em questão (BIZELLI, 2007; BIZELLI; CINTRÃO, 2012). De acordo com Bizelli, governança pública significa a manutenção (ou recuperação) da capacidade administrativa e financeira do governo e a efetividade das políticas públicas como meio para que a população usufrua de seus direitos. A partir da redemocratização, o Estado brasileiro vem tentando recuperar a capacidade governativa. Esse processo não ocorre sem altos e baixos (o recente impeachment da presidente Dilma Rousseff demonstra isso – assunto que será tratado posteriormente, fazendo parte da avaliação *ex post* do site Dialoga Brasil). Aqui cabe frisar que, sem possuir capacidade de governança, a máquina administrativa coloca em risco a governabilidade. A seguir, apresentamos desafios que o autor elenca como prioritários para um governo comprometido com a governança pública:

Ao romper-se com a imagem da liderança tradicional [década de 1980], porém, uma segunda questão postulava-se como desafio: constituir equipes na cúpula de governo que trabalhassem de forma mais dinâmica, capazes de exprimir, de forma visível ao cidadão, os resultados atingidos. A história brasileira mostrava que a imagem do novo, quase sempre, vinha pelas mãos do “velho” estilo de governar, consolidado através de uma ética de clientela que inviabiliza a governabilidade. Fera-se o princípio de equilíbrio entre a ambição do projeto apresentado nas disputas eleitorais, a capacidade operacional da equipe de governo e a governabilidade do sistema político como um todo. Um terceiro desafio passava a ser reorganizar a administração pública como um todo, em todas as esferas de governo. Uma série de obstáculos se oporia à reformulação da máquina governativa. Por um lado, interesses corporativos dos funcionários – consolidados em legislação – teriam que ser redimensionados. A Constituição cidadã previa uma maior transparência nas ações administrativas da máquina pública, consolidando o princípio da participação popular como meio de controle de procedimentos. Conselhos, audiências públicas, iniciativas populares, traziam para dentro da administração o contribuinte-cidadão, exigindo que os interesses corporativos fossem adequados aos interesses da nação (BIZELLI, 2007, s/p)

Assim, buscando garantir a governabilidade na redemocratização, os dirigentes políticos brasileiros precisaram dinamizar as equipes de trabalho (em todos os níveis de governo), aprimorando a capacidade dos prestadores na execução das políticas públicas, objetivando demonstrar mudanças palpáveis à população; além disso, tiveram que reorganizar a administração pública como exigido pela Constituição, o que demandou a oferta de maior transparência nos atos administrativos, assim como a incorporação da participação popular na formulação de políticas. Portanto, a governança, entendida desse modo, coloca desafios que não são resolvidos no decorrer de um mandato: ao contrário, perpassam diversos governantes, e exigem ações estratégicas para sua resolução, com o fito de consolidar a legitimidade estatal a longo prazo.

No Brasil, as modificações realizadas na máquina pública coincidiram com a massificação das tecnologias digitais (de informação e comunicação) e sua incorporação à gestão governamental. Esses processos, portanto, se interligaram, e o movimento para a reforma do Estado se conectou ao advento do governo virtual. O trabalho “O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público”, de autoria de Vieira Braga et al. (2012) demonstra muito bem esse processo, como exemplificado no trecho abaixo:

Quando se discutem questões de governança, como em outras áreas de execução de políticas públicas, uma ação tomada para resolver um problema de curto ou médio prazo pode ter efeitos de longo prazo na legitimidade de um governo. Por exemplo, a ocorrência de falhas no atendimento das demandas da sociedade no curto prazo (responsividade) pode acarretar consequências na significância da governança no longo prazo, abalando sua legitimidade. Não há uma clara linha divisória entre administração pública e governança: qualquer mudança governamental significativa pode afetá-la. O governo eletrônico relaciona-se ao uso das TIC na administração pública combinado com mudança organizacional e novas práticas, a fim de melhorar os serviços públicos, os processos democráticos e fortalecer o suporte às políticas públicas (VIEIRA BRAGA et al., 2012, p.8).

Passaremos agora à definição de governo eletrônico, propriamente. O termo encontra na literatura várias acepções: 1) utilização da Internet e da web para ofertar informações e serviços governamentais aos cidadãos; 2) uso de novas TICs, especialmente a Internet, como uma ferramenta para melhorar o governo; 3) otimização contínua da disponibilização de serviços governamentais, participação do cidadão e governança, a partir da transformação das relações internas e externas e utilizando a tecnologia, a Internet e as novas mídias; 4) e-gov não se restringe à incorporação de novas tecnologias para ampliar a capacidade de conexão entre governo e cidadão: as relações dentro do núcleo de poder se reinventam, e o governo, nas suas mais diferentes instâncias, passa a atuar em rede. Assim, cada esfera e seus

respectivos desdobramentos passam a trabalhar como extensões, atuando como nós desta rede de governo (ALVES, 2006). O governo virtual, consideradas todas as definições apresentadas, ainda pode atingir diversos níveis: 1) institucional: provisão de informações ou serviços à comunidade; 2) transacional: serviços oferecidos pelo governo que geram transação financeira ou processo transacional; 3) colaborativo: o portal direciona o cidadão às suas demandas; 4) integração entre todos os níveis: os dados necessários para uma transação ou andamento de um processo administrativo encontram-se integrados na base de dados do governo; 5) personalização total: interação do cidadão com o governo de forma personalizada e customizada (FERRER et al., 2004).

## E-democracia e as novas possibilidades de participação civil

O advento do governo eletrônico gera oportunidade para a incorporação das demandas populares ao processo de tomada de decisão política (a chamada democracia digital). Esse trabalho tem o objetivo de averiguar até que ponto essas tecnologias emergentes (e, principalmente, seu uso pelos governos) estão se consolidando com efetividade na promoção da participação civil. Wilson Gomes, em “A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política”, chamava a atenção para a importância dessa análise:

A ideia de participação da cidadania entendida como ocupação civil da esfera política encontra na internet as possibilidades técnicas e ideológicas da realização de um ideal de condução popular e direta dos negócios públicos[...]. Cunha-se o verbete “democracia digital” e formas semelhantes (democracia eletrônica, e-democracy, democracia virtual, ciberdemocracia, dentre outras), ao redor dos quais se vem formando, nos últimos 10, 15 anos, uma volumosa bibliografia interessada basicamente nas novas práticas e renovadas possibilidades, para a política democrática, que emergem da nova infraestrutura tecnológica eletrônica proporcionada por computadores em rede e por um sem-número de dispositivos de comunicação e de organização, armazenamento e oferta de dados e informações on-line. **A questão em tela é sobre se as novas tecnologias da comunicação podem, de fato, alterar para melhor as possibilidades da cidadania nas sociedades contemporâneas** (GOMES, 2000, grifo nosso).

A partir da efetividade da participação, cabe considerar as implicações que incorporar sugestões espontâneas pode trazer para o processo de formulação das políticas públicas e, conseqüentemente, para a administração estatal. A ideia por trás disso é, como já citamos, aprimorar a comunicação entre cidadão e governo, trazendo a população para dentro do Estado no que se refere à gestão de políticas públicas, e aprimorar a capacidade governativa. Em “Bringing E-Democracy Back In. Why It

Matters for Future Research on E-Governance”, Andrew Chadwick dá uma explicação detalhada de como isso deveria ocorrer:

O governo eletrônico traz o governo “para mais perto das pessoas” ao atender às expectativas dos usuários do serviço em relação à conveniência, acessibilidade e oportunidade. O conceito de e-democracia está associado a esforços para ampliar a participação política, permitindo que os cidadãos se conectem entre si e com seus representantes por meio de novas tecnologias de informação e comunicação. No entanto, **muitos comentaristas vão além dessa abordagem gerencial, defendendo uma extensão radical do governo eletrônico para incorporar os cidadãos mais plenamente aos processos regulares de formulação de políticas.** Essas perspectivas vão além da simples prestação de serviços eletrônicos, integração e fornecimento de informações e procuram usar as TICs para incorporar a deliberação dos cidadãos nos estágios iniciais do desenvolvimento de políticas ou no próprio processo de “reengenharia” dos serviços públicos. Em sua forma mais radical, esta forma de governo eletrônico implicaria em uma revisão radical do estado administrativo moderno, à medida que consultas eletrônicas regulares envolvendo políticos eleitos, funcionários públicos, grupos de pressão e outros interesses afetados se tornassem uma prática padrão em todas as fases do processo político. [...] Este tipo de e-democracia abrange um *continuum* de consulta, que se estende desde a coleta e agregação de informações de baixo nível até um nível quase deliberativo mais completo de interação. No modelo participativo da e-democracia, a interação é considerada constitutiva da própria democracia. A formação de opinião e ação política baseada em fóruns, grupos ou novas “comunidades virtuais” anima e impulsiona o desenvolvimento da sociedade civil. [...] **O governo eletrônico pode confundir as distinções entre as funções executivas e legislativas, criando oportunidades para que os cidadãos tenham influência política direta sobre as burocracias públicas de uma forma que não existia antes.** [...] A e-democracia torna a participação política e a influência na prestação de serviços públicos mais convenientes, reduzindo o tempo e a distância, permitindo que muitos cidadãos deliberem e forneçam feedback quase simultaneamente. Alinhar esse valor com uma nova abordagem para a produção e o consumo de serviços públicos amplia o princípio (CHADWICK, 2003, s/p., tradução nossa).<sup>ii</sup>

Esse cenário só é possível de ser concretizado se nos esforçarmos na direção de um modelo poroso de administração (BIZELLI, 2007), que dê oportunidade para que os interesses da população permeiem a formulação das políticas. Para tanto, é ponto fulcral a democratização da informação. Quanto mais disseminada e baseada em evidências, melhor a quantidade do debate público, e, por conseguinte, das propostas que emergirão dele.

Fabiola Liberato e Danilo Rothberg, ao estudarem portais brasileiros de governo, sintetizaram esse pensamento na seguinte passagem: “O direito à informação

deve ser compreendido como direito-meio, ou um instrumento para o exercício dos direitos civis, políticos e sociais, e deve ser compreendido como direito à escolha a partir da informação obtida” (LIBERATO; ROTHBERG, 2013). Na análise do portal canadense, realizada na última parte do trabalho, a informação torna-se o mote. Temos, portanto, um território de investigação, com conceitos que permitem a análise do que vem sendo feito por dois governos, brasileiro e canadense, na direção de uma maior democratização de suas instituições públicas por meio das tecnologias de comunicação e informação.

## Análise da plataforma Dialoga Brasil

A plataforma Dialoga Brasil foi posta na rede pelo governo federal brasileiro em julho de 2015 (hoje, a página não possui nenhum conteúdo); contava, em 14 de outubro de 2015, com a seguinte descrição, na própria página:

*O Dialoga Brasil é um espaço de participação digital. Aqui suas ideias viram propostas e você ajuda a melhorar as ações do governo. Você pode fazer sugestões para melhorar os programas, curtir propostas de outros participantes e conhecer as principais ações do governo federal. A plataforma Dialoga Brasil apresenta 14 temas e 80 programas prioritários do governo federal para que a população proponha melhorias nas políticas públicas e na vida dos brasileiros e brasileiras.*

Naquele momento, o site contava com cinco temas (Saúde, Redução da Pobreza, Educação, Segurança Pública e Cultura), e estavam então na plataforma 27 programas divididos entres. Em segunda análise, feita em 11 de novembro de 2015, a descrição encontrada no site foi a seguinte:

*O Dialoga Brasil entrou em uma nova fase! No ar desde 28 de julho de 2015, está com 24.901 usuários cadastrados, 11.077 propostas e 276.147 votos. O governo federal analisará as 3 propostas mais apoiadas em cada programa e dará um retorno à sociedade. Continue com a gente! A resposta à sua participação e novos temas entrarão na plataforma em breve!*

Na plataforma, os usuários podiam cadastrar propostas, que ficavam disponíveis ao escrutínio dos demais, todos possuindo a opção de votar a favor (apoiando) ou contra (rejeitando) a proposta; as mais bem avaliadas ficam no topo da lista. Com base na configuração escolhida para a operacionalização do site (o governo federal se comprometendo a responder as três perguntas mais bem avaliadas em cada programa), foi realizada uma análise quantitativa dessas propostas.

O tema **Cultura** contava com sete programas, a saber: Agenda Século XXI, Brasil de Todas as Telas, Cultura e Educação, Cultura Viva, PAC Cidades Históricas,

Política Nacional das Artes e Vale-Cultura. Na data da análise, o cenário quantitativo encontrado foi o seguinte:

**Tabela 1** – Quantitativo das propostas do tema Cultura constantes no site Dialoga Brasil

PROGRAMA	TOTAL DE PROPOSTAS	EXIBIÇÕES DAS TRÊS MAIS VOTADAS
Agenda Século XXI	47	827
Brasil de Todas as Telas	89	1092
Cultura e Educação	171	313
Cultura Viva	73	1032
PAC Cidades Históricas	88	556
Política Nacional das Artes	144	1040
Vale-Cultura	104	708

Fonte: Elaboração própria

No tema **Educação**, que contava com quatro programas (Educação Básica, Ensino Superior, Ensino Técnico e Valorização dos Professores), o panorama do site se configurava da seguinte forma:

**Tabela 2** – Quantitativo das propostas do tema Educação constantes no site Dialoga Brasil

PROGRAMA	TOTAL DE PROPOSTAS	EXIBIÇÕES DAS TRÊS MAIS VOTADAS
Educação Básica	2295	5931
Ensino Superior	1376	19112
Ensino Técnico	380	2905
Valorização dos Professores	766	4824

Fonte: Elaboração própria

O tema **Redução da Pobreza** possuía quatro programas (Assistência Social, Bolsa Família, Brasil sem miséria e Cisternas) e apresentava o seguinte cenário quantitativo:

**Tabela 3** – Quantitativo das propostas do tema Redução da Pobreza constantes no site Dialoga Brasil

PROGRAMA	TOTAL DE PROPOSTAS	EXIBIÇÕES DAS TRÊS MAIS VOTADAS
Assistência Social	298	3457
Bolsa Família	526	4699
Brasil sem Miséria	217	4380
Cisternas	149	6112

Fonte: Elaboração própria

No tema da **Saúde**, eram sete programas disponibilizados, a saber: Aqui tem Farmácia Popular, Incentivo ao Parto Normal, Mais Especialidades, Mais Médicos, Melhorar os Postos de Saúde, SAMU 192 e UPAs e Vida Saudável. O panorama formado no site pode ser assim apresentado:



**Tabela 4** – Quantitativo das propostas do tema Saúde constantes no site Dialoga Brasil

PROGRAMA	TOTAL DE PROPOSTAS	EXIBIÇÕES DAS TRÊS MAIS VOTADAS
Aqui tem Farmácia Popular	213	783
Incentivo ao Parto Normal	158	3485
Mais Especialidades	457	7530
Mais Médicos	421	8226
Melhorar Postos de Saúde	1009	7593
SAMU 192 e UPAs	217	1719
Vida Saudável	293	2107

Fonte: Elaboração própria

O tema de **Segurança Pública** continha cinco programas (Crack, é possível vencer!, Forças Federais de Segurança, Proteção das Fronteiras, Segurança Pública Integrada e Sinesp). Eles se apresentavam quantitativamente da seguinte forma:

**Tabela 5** – Quantitativo das propostas do tema Segurança Pública constantes no site Dialoga Brasil

PROGRAMA	TOTAL DE PROPOSTAS	EXIBIÇÕES DAS TRÊS MAIS VOTADAS
Crack, é possível vencer!	230	3384
Forças Federais de Segurança	209	2017
Proteção das Fronteiras	245	3024
Segurança Pública Integrada	873	3206
Sinesp	143	5341

Fonte: Elaboração própria

Dessa demonstração extensiva, é possível passar a uma análise mais minuciosa dos números obtidos: O tema da **Cultura** possuía como programa com mais propostas apresentadas o *Cultura e Educação*. No entanto, aquele com mais exibições das três propostas mais votadas foi o *Brasil de Todas as Telas*. É preciso destacar que em nenhum dos temas o programa que obteve mais propostas coincide com o que teve maior quantidade de visualizações entre as três propostas mais bem avaliadas.

No tema de **Educação**, o programa *Educação Básica* foi o que obteve mais propostas sugeridas pelo público. O programa *Educação Superior*, por sua vez, contava com o maior número de visualizações entre suas três propostas mais votadas. O tema **Redução da Pobreza** apresentava como programa com mais propostas o *Bolsa Família*. Como programa que possuía as maiores visualizações nas três propostas mais bem avaliadas aparecia o Cisternas. No tema da **Saúde**, *Melhorar os Postos de Saúde* era o programa com maior quantidade de propostas. O programa *Mais Médicos*, por sua vez, foi o que possuía mais visualizações das três propostas melhor avaliadas. O tema da **Segurança Pública** contava com mais propostas apresentadas no programa *Segurança Pública Integrada*, enquanto o programa *Sinesp* apresentava as maiores visualizações nas três propostas mais votadas.

Comparando os cinco temas, temos os seguintes totais de propostas apresentadas em cada um deles: Cultura, 716; Educação, 4817; Redução da Pobreza, 1190; Saúde, 2768 e Segurança Pública, 1700. Esses números demonstram quais eram as prioridades dos usuários do site: Educação e Saúde, assim como nos discursos constantes das plataformas de governo da maioria dos membros do Executivo ao redor do país. Cabe notar que o programa com mais propostas dentro do tema Cultura era o chamado Cultura e Educação; ou seja, confirma-se a preponderância dada à questão educacional pelos usuários da plataforma.

Atualmente (maio/2017), o Dialoga Brasil está fora do ar. O projeto do site era muito identificado com o governo de Dilma Rousseff, que sofreu um processo de impeachment ao longo de 2016. A descontinuidade do projeto, com a troca de governo, demonstra a instabilidade das políticas públicas brasileiras: uma plataforma construída com o objetivo de estimular a participação social não poderia ter sido descontinuada sem maiores explicações. Isso colabora para diminuir ainda mais o engajamento popular em consultas públicas, historicamente baixo no país.

## O Suggest a Dataset

O portal canadense Suggest a Dataset<sup>iii</sup> é um canal onde os cidadãos do país têm a possibilidade de solicitar informações sobre o Canadá ainda não disponíveis de modo público. A apresentação constante na página inicial do mesmo é a que segue:

*Há dados do Governo do Canadá que você gostaria de ver? Deixe-nos saber suas ideias usando nosso formulário “Sugerir um conjunto de dados”, mas primeiro pesquise abaixo para ver se alguém já solicitou o mesmo conjunto de dados. Se você o encontrar, pode verificar o seu status e adicionar seu pedido, clicando em “curtir” (Tradução nossa).<sup>iv</sup>*

No dia 10 de maio de 2017, data em que a análise foi realizada, constavam no site 229 pedidos de informação. Um exemplo de solicitação pode ser observado abaixo:

*Nível de Condicionamento Físico ou Atividade Esportiva dos Canadenses. Organização: Estatísticas Canadá. Descrição: Conjuntos de dados relacionados à saúde e ao condicionamento físico que descrevem o nível de atividade esportiva dos canadenses. Status: Liberado em outubro de 2014 (Tradução nossa).<sup>v</sup>*

São permitidos comentários e votos. Essa proposta, por exemplo, contava com 691 votos em 10/05/2017 (cabe notar que os votos só podem ser positivos, assemelhando-se à função curtir, no Facebook).

Imediatamente abaixo da proposta supracitada é mostrado um hiperlink onde está escrito: *Access it here* (acesse aqui). Ou seja, o cidadão é direcionado à informação que busca.

No portal não é possível solicitar políticas específicas, como no Dialoga Brasil. Apenas informações podem ser demandadas. Na seguinte parte do presente trabalho, será demonstrado como o uso dos portais governamentais nos dois países influencia o sucesso ou fracasso de tentativas como essas de governo eletrônico.

## Características do governo eletrônico: cenário brasileiro e canadense

Estaremos aqui tratando de países com história, instituições, cultura e posições geopolítica e econômica bastante diferentes. Ambos possuem, no entanto, as seguintes semelhanças na estrutura de governo: são democracias, com três níveis de governo, Nacional/Federal, Estadual/Provincial e Municipal, além de existir no Canadá, assim como no Brasil, a divisão dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), melhor explicada a seguir.

O Legislativo federal é, em ambos os países, bicameral: O Brasil possui Senado e Câmara dos Deputados, enquanto o Canadá conta com Senado e Casa dos Comuns. A cúpula do Executivo nos dois países é constituída pelo chefe de governo (presidente no Brasil e primeiro ministro no Canadá) e pelos ministros de Estado.

No entanto, o Canadá está estruturado legalmente na forma de uma Monarquia Constitucional, com senadores indicados para o cargo e que permanecem no poder até os setenta e cinco anos. Os municípios canadenses podem legislar seguindo as leis provinciais, e o país conta com uma forma de governo específica para comunidades autóctones, o chamado governo aborígene. O Brasil é uma federação, com senadores eleitos para mandatos de oito anos, e municípios com poder de legislar de acordo com a Constituição federal.

A seguir, demonstraremos algumas informações sobre o governo eletrônico no Canadá. A participação do público no desenvolvimento de políticas públicas tem uma longa história no país, já que, semelhante a muitos países ocidentais, ela está enraizada na teoria democrática e na evolução das tradições parlamentares no país. Também está ligada às áreas de resolução de conflitos e desenho organizacional, sempre se baseando na premissa de que os melhores resultados são alcançados quando os mais afetados estão incluídos no processo de tomada de decisão.

No projeto Governo On-line, desenvolvido no país de 1999 a 2006, um investimento de 880 milhões de dólares foi feito para ajudar a acelerar o desenvolvimento de serviços virtuais. Departamentos, agências e outros parceiros também investiram seus próprios fundos, o que resultou na melhoria da prestação de serviços de muitos programas, através da Internet, para indivíduos e empresas. Quando a iniciativa se encerrou, em 2006, deixou como legado a base para a transformação dos serviços públicos no futuro (KNIGHT et al., 2007).

O sucesso da mesma pode ser constatado na seguinte assertiva:

O governo do Canadá tem recebido um grande reconhecimento por sua estratégia de governo eletrônico, e é considerado um líder mundial em iniciativas de governo eletrônico. Seu progresso foi reconhecido publicamente por um estudo da Accenture que classificou o Canadá em primeiro lugar entre 22 países por cinco anos consecutivos (Accenture, 2005). As Nações Unidas julgam a competência do Canadá em governo eletrônico como “alta”, afirmando que “possivelmente mais do que qualquer outro país demonstrou [...] uma compreensão intrínseca do potencial e realidade do governo eletrônico” (KUMAR et al., 2007, tradução nossa) (KUMAR et al., 2007, p.63, tradução nossa).<sup>vi</sup>

A comparação com o Brasil será realizada com a utilização da pesquisa *Canadian Internet use survey, Internet use at home, by sex and government on-line (GOL) activity, every 2 years (percent)*, que obteve os seguintes dados:

**Tabela 6** – Dados sobre o uso da internet para acessar serviços governamentais no Canadá

<b>O uso da Internet por indivíduos, por atividade governamental on-line:</b>	
Fornecimento de opinião durante uma consulta governamental online:	2005: 2.2%
	2007: 1.6%
	2009: 2.5%
Busca por informações relacionadas ao governo:	2005: 39.2%
	2007: 52,5%
	2009: 57,6%
Acesso a informações sobre um programa ou serviço governamental:	2005 32,7%
	2007: 37,4%
	2009: 42,8%
Comunicação com departamento governamental ou com um funcionário eleito:	2005: –
	2007: 10,6%
	2009: 12,4%

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da pesquisa: *Canadian Internet use survey, Internet use at home, by sex and government on-line (GOL) activity, every 2 years (percent)*. CANSIM Database. Statistics Canada. Table 358-0132.

Do lado brasileiro, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em 2015, 49% dos brasileiros possuíam acesso à internet residencial. Esse percentual aumenta de acordo com a renda (em famílias com rendimentos acima de 5 salários mínimos, o acesso

semanal sobe para 76%) e com o nível educacional (87% de acesso semanal entre os moradores com ensino superior). Apenas esses dados já deixam de fora praticamente metade da população do país do acesso às políticas de participação digitais, justamente a metade onde está englobada a parcela mais carente dos brasileiros. Resolver a questão da iniquidade digital, portanto, é essencial para a participação popular virtual acontecer de maneira satisfatória, e o projeto de governo eletrônico ser bem-sucedido.

Numa tentativa de estudo mais detalhado sobre o mesmo tópico, utilizaremos dados de governo eletrônico brasileiro resultantes da pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios do país: TIC domicílios 2014, desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), responsável pela produção de indicadores sobre a Internet no Brasil, posteriormente utilizados para a elaboração de políticas públicas sobre o tema. O CETIC.br é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), órgão vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

**Tabela 7** – Dados sobre o uso da internet para acessar serviços governamentais no Brasil.

<b>Proporção de indivíduos que acessaram a internet, por atividades desenvolvidas de interação com autoridade pública:</b>	
Procurar informações oferecidas por sites do governo:	26%
Realizar algum serviço público como, por exemplo, emitir documentos pela Internet, preencher e enviar formulários online, ou pagar taxas e impostos pela Internet:	23%
Não utilizou a Internet para realizar atividades de interação com autoridades públicas:	66%

**Fonte:** Elaboração própria com dados da pesquisa com dados da Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2014.

**Tabela 8** – Dados sobre o uso da internet para acessar serviços governamentais no Brasil (2)

<b>Proporção de usuários de internet que não usaram governo eletrônico nos últimos doze meses, por motivos para não utilização:</b>	
Preferiu fazer o contato pessoalmente:	53%
Por falta de necessidade de buscar informações ou realizar serviços públicos:	37%
Preocupação com proteção e segurança dos dados:	16%
Usar a Internet para contato com a administração pública é muito complicado:	16%
Os serviços de que eu preciso são difíceis de encontrar:	15%
Os serviços de que precisa não estão disponíveis na Internet:	11%
Difícilmente recebe retorno (resposta) às solicitações:	10%
Os serviços de que precisa estão disponíveis na Internet, mas não é possível completar a transação:	8%
Não sabe / Não respondeu:	1%

**Fonte:** Elaboração própria com dados da pesquisa com dados da Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2014.

Observa-se que o principal motivo para a não utilização do governo eletrônico foi o fato do usuário ter preferido fazer contato com o órgão público pessoalmente. Acreditamos que esse dado está vinculado à resistência que muitas pessoas possuem aos meios virtuais, ainda considerados novidades e menos confiáveis que o contato pessoal. Tal visão é culturalmente construída, e demanda esforços por parte do governo para ser modificada, além de tempo hábil para que a sociedade se habitue aos novos meios.

No entanto, se somarmos a quantidade de respostas que se encontram em: ‘Usar a Internet para contato com a administração pública é muito complicado’, ‘Os serviços de que eu preciso são difíceis de encontrar’, ‘Os serviços de que preciso não estão disponíveis na Internet’, ‘Difícilmente recebe retorno (resposta) às solicitações’, ‘Os serviços de que preciso estão disponíveis na Internet, mas não é possível completar a transação’, todos relacionados à má gestão das informações e serviços disponibilizados na rede por parte do órgão público, veremos que a conta atinge 60%, superando o primeiro lugar.

Por fim, comparando os dados disponíveis, temos que, durante uma consulta pública virtual realizada no ano de 2009, participam 2,5% da população canadense. No Dialoga.br, existiam, na data da análise, 24.901 usuários cadastrados, de uma população de 100 milhões de brasileiros com acesso à internet. Portanto, 0,0125% dos brasileiros se cadastraram no site, no período que vai de sua entrada na rede (julho/2015) ao dia 11 de novembro (data da análise).

Em 2009, 57,6% dos canadenses buscavam informações na web sobre o governo do país, sendo que, no Brasil, em 2015, 26% do público com acesso à internet fazia o mesmo. Considerando as diferenças sociais, culturais e políticas de ambos os países, a participação social a partir de portais de governo lograda no Canadá serve ao Brasil como um exemplo a ser seguido. Afinal, de acordo com Kumal et al. (2007, tradução nossa), “[...] êxito dos esforços de governo eletrônico depende, em grande medida, em quanto os alvos potenciais de tais serviços, cidadãos em geral, os utilizam”<sup>vii</sup>.

## Considerações finais

A iniciativa do portal Dialoga Brasil é inovadora – até mesmo se comparada aos projetos canadenses de governo eletrônico, pois o Suggest a Dataset não possui a finalidade de receber propostas, e foi o portal mais semelhante ao brasileiro encontrado – e estimula a participação democrática, mas foi retirado do ar numa reviravolta política. O projeto de governança digital mantido pelo Canadá, ao contrário, possui

continuidade, o que aumenta a legitimidade da ferramenta e diminui o custo de participação percebido pelos cidadãos.

Ou seja, à parte a problemática da iniquidade digital – urgente no Brasil – é necessário um cuidado maior por parte das instâncias federativas do país para que políticas de participação social virtual não se tornem inviáveis nacionalmente.

## Referências

ABELSON, J. et al. Will it make a difference if I show up and share? A citizens' perspective on improving public involvement processes for health system decision-making. **Journal of Health Services Research & Policy**, Londres. V. 9, n. 4, p. 205-212, out. 2004. Disponível em: <<http://hsr.sagepub.com/content/9/4/205.abstract>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

ACCENTURE. The Government Executive Series – e-Government Leadership: Leadership in **Customer Service**: New Expectations, New Experiences. 2005. Disponível em: <[http://www.accenture.com/Countries/Canada/Services/By\\_Subject/Customer\\_Relationship\\_Management/R\\_and\\_I/LeadershipNewExperiences.htm](http://www.accenture.com/Countries/Canada/Services/By_Subject/Customer_Relationship_Management/R_and_I/LeadershipNewExperiences.htm)>. Acesso em: 4 set. 2020.

BIZELLI, J. L. Reforma Administrativa do Estado e Governança Pública nas Cidades Brasileiras. **Temas em Administração Pública**, Araraquara, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6112>>. Acesso em: 26 out. 2015.

BIZELLI, J. L.; CINTRÃO, L. P. Inovação, governança pública e desenvolvimento local. In: CASAGRANDE, E. E. (Org.). **Intervenção fiscal e suas dimensões**: teoria, política e governança. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. v. 1, p. 225-247.

BRASIL. **Dialoga Brasil**. Presidência da República. Secretaria-Geral. Secretaria Nacional de Participação Social. Disponível em: <<http://dialoga.gov.br/>>. Acesso em: 14 out. 2015

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. 153 p.

CANSIM Database. Statistics Canada. Table 358-0132. Canadian Internet use survey, Internet use at home, by sex and government on-line (GOL) activity, every 2 years (percent). Disponível em: <<http://www5.statcan.gc.ca/cansim/a26?lang=eng&retrLang=eng&id=3580132&pattent=Canadian+Internet+use+survey%2C+Internet+use+at+home%2C+by+sex+and+government+on-line&tabMode=dataTable&srchLan=-1&p1=1&p2=-1>>. Acesso em 11 nov. 2015.

CHADWICK, A. Bringing e-democracy back in. why it matters for future research on e-governance. **Social Science Computer Review**, v. 21, n. 4, p. 443-455, nov. 2003. Disponível em: <<http://ssc.sagepub.com/content/21/4/443.abstract>>. Acesso em: 12 out. 2015.

FRISCHTAK, L. L. Governance capacity and economic reform in developing countries. **World bank technical papers**, jun. 1994. Disponível em: <<http://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/0-8213-2962-6>>. Acesso em: 20 out. 2015.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, São Leopoldo. v. 7, n. 3, p. 212-222, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394>> Acesso em: 13 out. 2015.

Government Online. **Treasury Board of Canada Secretariat**. 2003. Disponível em: <[http://www.gedgol.gc.ca/rpt2003/rpt00\\_e.asp](http://www.gedgol.gc.ca/rpt2003/rpt00_e.asp)> Acesso em: 13 out. 2015.

IRVIN, R. A.; STANSBURY, J. Citizen Participation in Decision Making: Is It Worth the Effort? **Public Administration Review**, v. 64, n. 1, p. 55-65, fev. 2004. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6210.2004.00346.x/abstract>> Acesso em: 2 out. 2015.

KNIGHT, P. T. et al. (Org.). **E-desenvolvimento no Brasil e no mundo: subsídios e Programa e-Brasil**. 1. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007.

KUMAR. V. et al. Factors for Successful e-Government Adoption: a Conceptual Framework. **The Electronic Journal of e-Government**, v. 5, n. 1, p. 63-76, 2007.

LIBERATO, F. P.; ROTHBERG, D. Comunicação pública, transparência e políticas públicas: avaliação de informações em portais brasileiros de governo. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, Málaga, v. 3, n. 6, p. 69-96, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrpp/article/view/232>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros** [livro eletrônico]: TIC domicílios 2014. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. Disponível em: <<http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros/>> Acesso em: 26 nov. 2015.

VIEIRA BRAGA, L. et al. O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. **Revista do Serviço Público**, Brasília. V. 59, n. 1, jan./mar. 2008, p. 05-21. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/137/142>>. Acesso em: 15 out. 2015.

---

**Notas:**

<sup>i</sup> Capacidade de governança, entendida como a habilidade de coordenar a agregação de interesses divergentes e, assim, promover as políticas que podem ser tomadas para representar o interesse público. (Tradução nossa).

<sup>ii</sup> E-government brings government “closer to the people” by meeting the expectations of service users regarding convenience, accessibility, and timeliness. The concept of e-democracy is associated with efforts to broaden political participation by enabling citizens to connect with one another and with their representatives via new information and communication technologies. Yet, many commentators go further than this managerial approach, arguing for a



---

radical extension of e-government to incorporate citizens more fully into regular policy-making processes. Such perspectives go beyond simple electronic service delivery, integration, and information provision and seek to use ICTs to incorporate citizens' deliberation into the initial stages of policy development or the very process of "reengineering" public services. In its most radical guise, this form of e-government would entail a radical overhaul of the modern administrative state as regular electronic consultations involving elected politicians, civil servants, pressure groups, and other affected interests become standard practice in all stages of the policy process. [...] This type of e-democracy encompasses a continuum of consultation, stretching from low-level information gathering and aggregation toward a fuller quasi-deliberative level of interaction. In the participatory model of e-democracy, interaction is regarded as constitutive of democracy itself. Opinion formation and political action based on forums, groups, or new "virtual communities" enlivens and furthers the development of civil society. [...] E-government potentially blurs the distinctions between executive and legislative functions by creating opportunities for citizens to have direct political influence on public bureaucracies in ways that have not existed before. [...] E-democracy renders political participation and influencing the delivery of public services more convenient by shrinking time and distance, enabling large numbers of citizens to deliberate and feedback opinion almost simultaneously. Aligning this value with a new approach to the production and the consumption of public services extends the principle<sup>ii</sup> (CHADWICK, 2003).

<sup>iii</sup> Disponível em: <http://open.canada.ca/en/suggested-datasets>. Acesso em: 10 set. 2020.

<sup>iv</sup> Is there Government of Canada data that you would like to see? Let us know your ideas by using our Suggest a Dataset form, but first search below to see if someone else has already requested the same dataset. If you find it, you can check on its status and add your request by clicking on thumbs up.

<sup>v</sup> Activity or Fitness Level of Canadians Organization: Statistics Canada Description: Health and fitness related data sets that describe the activity or fitness level of Canadians Status: Released in October 2014.

<sup>vi</sup> The government of Canada has been receiving high accolade for its e-Government strategy, and it is considered a world leader in e-Government initiatives. Its progress has been publicly recognised by an Accenture study that has ranked Canada first out of 22 countries for five consecutive years (Accenture, 2005). The United Nations judges Canada's competence in e-Government as "high", stating that "possibly more than any other country it has demonstrated...an intrinsic understanding of e-Government's potential and reality" (Government On-Line, 2003) (KUMAR *et al.*, 2007).

<sup>vii</sup> [...] the success of e-Government efforts depends, to a great extent, on how well the targeted users for such services, citizens in general, make use of them.

Recebido em: nov.2020  
Aceito em: dez.2020